

BANCO DE PORTUGAL REVÊ EM BAIXA CRESCIMENTO DO PIB PARA 1,6% EM 2024

EX-DIRETOR DO SEF VAI COORDENAR GRUPO DE GESTÃO DO PACTO DE MIGRAÇÃO

CHEGA QUER OUVIR MINISTRA NO PARLAMENTO PARA DEBATER TURISMO DE SAÚDE

IMPACTO DA IMIGRAÇÃO NO DISTRITO DE BEJA

DIVA RIBEIRO



DITADURA? MONTENEGRO QUER CONTROLAR INFORMAÇÃO QUE CHEGA ÀS PESSOAS

Capture o código QR e acompanhe Online



FN

Folha Nacional

ATUALIDADE

CHEGA VOLTA A PROPOR FIM DAS 'PORTAS GIRATÓRIAS' ENTRE ESTADO E EMPRESAS

P. 02

ESTUDO REVELA QUE QUASE METADE DOS PORTUGUESES CONCORDA COM O CHEGA





CHEGA VOLTA A PROPOR FIM DAS 'PORTAS GIRATÓRIAS' ENTRE ESTADO E EMPRESAS

POR FOLHA NACIONAL

O fenómeno das 'portas giratórias' entre o Estado e as grandes empresas em Portugal tem vindo a ganhar destaque e a suscitar inúmeras controvérsias. Este conceito refere-se à transição de altos funcionários públicos para cargos em grandes empresas privadas ou para outras posições no setor público e vice-versa. O principal problema desta prática reside no potencial conflito de interesses, uma vez que ex-governantes ou decisores públicos, ao mudarem para o setor privado, podem beneficiar as empresas com as quais passaram a colaborar através de decisões tomadas durante o seu tempo no Governo. Por outro lado, gestores e líderes, de empresas privadas que assumem funções no setor público podem, consciente ou inconscientemente, favorecer os interesses empresariais com os quais estavam anteriormente associados. Nos últimos tempos, esta prática tem sido alvo de fortes críticas, especialmente por parte de cidadãos e do

Partido CHEGA, que é uma das vozes mais ativas contra este fenómeno. O Presidente do CHEGA, André Ventura, desde a sua primeira eleição para a Assembleia da República, há precisamente cinco anos, tem sido particularmente insistente na sua condenação, denunciando o que considera ser um "sistema de promiscuidade entre o poder político e o poder económico".

► o programa do CHEGA defende a imposição de um período de nojo de oito anos, durante o qual ex-titulares de cargos políticos e altos cargos públicos ficariam impedidos de exercer qualquer função, remunerada ou não, em instituições tuteladas pelo Governo.

Segundo André Ventura, tanto o Partido Socialista (PS) como o Partido Social Democrata (PSD), que governam

há 50 anos, são cúmplices na perpetuação destas dinâmicas, que, de acordo com este, "corroem a confiança dos cidadãos nas instituições e promovem um sistema de privilégios". As críticas ao fenómeno das 'portas giratórias' em Portugal não se baseiam apenas em retórica política, uma vez que um estudo recente conduzido pelo IPPS-Iscte, intitulado 'O Estado da Nação 2024. Inquérito sobre a Justiça', reforça as preocupações expressas por André Ventura e pelo CHEGA. O inquérito revela dados significativos que corroboram a visão do partido, nomeadamente que 43% dos inquiridos são a favor da implementação de um "período de nojo" — um intervalo obrigatório entre o exercício de funções políticas e o regresso ao sector público, especialmente à magistratura. Mais impressionante ainda, 41% dos entrevistados defendem que os ex-governantes deveriam ser permanentemente proibidos de regressar à magistratura após o término dos seus mandatos políticos. Por outro lado, apenas 8% dos inquiridos se mostraram a favor do regime atual, que permite o retorno imediato dos políticos à magistratura sem qualquer tipo de restrição temporal. Os resultados do estudo reforçam o argumento de que há uma desconfiança generalizada face à promiscuidade entre a política e o sector judicial, e são usados pelo CHEGA para justificar a insistência na sua proposta de pôr fim às 'portas giratórias'. O partido acredita que estas medidas são cruciais para restaurar a confiança dos cidadãos nas instituições políticas e jurídicas, combatendo a perceção de que o poder político pode influenciar

indevidamente o funcionamento da Justiça. O Partido CHEGA tem incorporado esta linha de pensamento no seu programa político e, no seu mais recente programa eleitoral, a posição do partido é clara e incisiva sobre o tema das 'portas giratórias'. No ponto dez da página dez, o programa do CHEGA defende a imposição de um período de nojo de oito anos, durante o qual ex-titulares de cargos políticos e altos cargos públicos ficariam impedidos de exercer qualquer função, remunerada ou não, em instituições tuteladas pelo governo. Este período de nojo seria uma forma de garantir que não haja sobreposição de interesses pessoais ou empresariais com o serviço público, protegendo, assim, a imparcialidade e a transparência nas instituições do Estado. Para o CHEGA, esta medida é crucial para restaurar a confiança dos cidadãos no sistema político e impedir a criação de redes de influência e privilégio entre as elites políticas e económicas. Segundo André Ventura, "enquanto estas dinâmicas não forem combatidas, os cidadãos continuarão a ver o sistema como corrupto e a democracia como fragilizada". Esta questão toca numa das principais preocupações dos portugueses: a perceção de que o poder político e o poder económico estão intimamente interligados e que, muitas vezes, aqueles que ocupam cargos de grande responsabilidade pública acabam por beneficiar, direta ou indiretamente, os interesses privados. Ao insistir na necessidade de uma reforma profunda neste sentido, o Partido CHEGA pretende capitalizar a crescente desconfiança dos cidadãos nas

instituições e oferecer uma solução que, na sua visão, visa moralizar a vida política e administrativa do país. A polémica das 'portas giratórias' não é um fenómeno exclusivo de Portugal, sendo um tema amplamente discutido em vários países democráticos. No entanto, no contexto português, esta prática tem sido associada a casos mediáticos que abalaram a opinião pública, aumentando a pressão sobre os decisores políticos para adotarem medidas mais rigorosas que garantam a separação entre interesses públicos e privados.

► "Enquanto estas dinâmicas não forem combatidas, os cidadãos continuarão a ver o sistema como corrupto e a democracia como fragilizada".

O futuro da regulação desta questão dependerá, em grande medida, do debate político e das propostas legislativas que surgirem para lidar com este fenómeno, que muitos consideram uma das principais ameaças à integridade do sistema. "Os outros partidos não percebem que temos de acabar com a promiscuidade entre o Estado e os negócios privados? Com as 'portas giratórias' entre Governo e grandes empresas públicas? Será que apenas o Chega vê isto?" afirma o líder do CHEGA, André Ventura. "Não podemos deixar que esta porta giratória de compadrios e de promiscuidade entre o setor público e o privado ou entre empresas públicas e o Governo continue" declarou.



DITADURA? MONTENEGRO QUER CONTROLAR INFORMAÇÃO QUE CHEGA ÀS PESSOAS

POR FOLHA NACIONAL

Na conferência "O Futuro dos Media", Luís Montenegro, anunciou um corte de publicidade na RTP e não se conteve ao chamar "inimigas da democracia" às redes sociais. O primeiro-ministro pretende acabar gradualmente com a publicidade na RTP, algo que já constava de um pacote de medidas que inclui o apoio aos órgãos não estatais, de forma a valorizar a carreira dos jornalistas e combater a desinformação. No que toca às redes sociais, Montenegro afirma que esta forma de comunicação polui o espaço mediático. "As redes sociais são, muitas vezes, não tenham a menor dúvida, inimigas da democracia e inimigas da própria atividade da comunicação social. Não estou a dizer que vamos

acabar com as redes sociais, mas é preciso ter garantias da veracidade daquilo que lá se diz. E precisamos que a comunicação social não vá, como vai muitas vezes, atrás das ondas das redes sociais. Quando o faz, está a diminuir o seu próprio trabalho", declarou. As declarações de Luís Montenegro têm vindo a levantar críticas, uma vez que podem ser vistas como uma tentativa de controlar a informação a que as pessoas têm acesso e, portanto, podem ser consideradas censura, uma prática associada a regimes ditatoriais. André Ventura, líder do partido CHEGA, reagiu às declarações do primeiro-ministro e não poupou críticas àquele que considera ser "um ataque à liberdade de expressão e ao canal de televisão público RTP". "Acho

que é muito grave nós termos um primeiro-ministro a dizer isto e, por isso, nós queremos condenar, com muita veemência, estas palavras de Luís Montenegro sobre as redes sociais", afirma André Ventura, concluindo que as redes sociais são hoje "a forma de liberdade e de expressão de muitos dos nossos cidadãos e esta desconsideração mostra que o primeiro-ministro, na verdade, tem uma conceção muito reduzida e acha que as novas formas de expressão, que não são controladas e são livres, são um sinal negativo". Para o CHEGA, a forma livre como as pessoas se expressam nas redes sociais é algo positivo, em nome da liberdade de expressão de cada um. Após a apresentação do 'Plano de Ação para a Comunica-



ção Social', o CHEGA decidiu avançar com um pedido de Audição do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Dr. Pedro Duarte, e do Conselho de Administração da RTP.

► "Acho que é muito grave nós termos um primeiro-ministro a dizer isto e, por isso, nós queremos condenar, com muita veemência, estas palavras de Luís Montenegro sobre as redes sociais."

De recordar que no passado, Augusto Santos Silva também já tinha dado declarações onde defendia a regulação das redes sociais, considerando que estas não podem

ser "uma espécie de zona livre". Na Venezuela, Nicolás Maduro, conhecido pelas suas medidas ditatoriais, também adota políticas de censura da comunicação social e das redes sociais, tendo, mais recentemente, banido a rede social X no seu país. Em Cuba, país conhecido pela miséria trazida por uma ditadura comunista, o acesso à internet e às redes sociais também é restrito e caro, sendo que redes como Facebook e X, embora disponíveis, são monitoradas pelo Governo para impedir que as pessoas tenham acesso a informação e se revoltam contra o Estado. Na Ásia, temos exemplos como a China ou a Coreia do Norte, conhecidas pelos seus regimes comunista que também limitam o acesso às redes sociais.



EDITORIAL
por **BERNARDO PESSANHA**
EDITOR DO FOLHA NACIONAL

SOLDADOS DA PAZ ABANDONADOS

Os bombeiros têm nas suas funções apoiar os cidadãos em situações de grande melindre e aflição. Vemo-los nas situações de incêndios urbanos e rurais, inundações, desencarceramento, substâncias perigosas, transporte de doentes, etc, etc. Tudo situações em que muitos fogem a sete pés!

Ora, os Soldados da Paz nunca fogem! Se necessário pagam com a sua vida a salvação do seu concidadão e a qualidade de vida da comunidade. Quem foge a sete pés de qualquer responsabilidade e com elevado desprezo pelos bombeiros tem sido quem tem estado no poder: PS-BE-PCP e PSD-CDS. Os bombeiros trabalham com salários baixos, vergonhosas condições de trabalho, mas estão sujeitos a exigentes desafios e programas de formação. Pas-

me-se, os bombeiros não terem direito a subsídio de turno, embora sejam obrigados a uma disponibilidade permanente! Não são considerados profissão de risco! Isto só pode ser brincadeira! Segundo a Liga dos Bombeiros Portugueses, nos últimos 44 anos morreram em serviço 254 bombeiros! Estão sujeitos em horas de aflição a riscos físicos e químicos, ruído, inalação de fumos tóxicos, além de desgaste emocional devido ao stresse elevado e à natureza imprevisível da profissão. Consequentemente, têm elevado risco de ter cancro, sendo um reflexo das perigosas substâncias a que estão expostos. Não têm direito a condições especiais no acesso à reforma, isto apesar do seu elevado desgaste!

Os familiares de bombeiros mortos ou feridos em

serviço queixam-se que os políticos aparecem nos dias seguintes diante das câmaras de televisão, mas depois desaparecem velozmente! Percebemos com facilidade o total desprezo com que têm sido tratados os bombeiros pelos PS-BE-PCP e PSD-CDS:

- Os bombeiros e as catástrofes não dão votos!
- Os políticos não foram bombeiros, nem têm os seus filhos em bombeiros a arriscar a vida! Mas o CHEGA não pensa apenas no seu umbigo! Está cá para defender e valorizar os Soldados da Paz e dizer-lhes, olhos nos olhos: muito obrigado por tudo! Foi essa mesma injustiça que corrigimos esta semana no Parlamento, ao aprovarmos o reconhecimento da profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido e o reforço do seu estatuto social.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025 ENTROU EM FASE DECISIVA

POR FOLHA NACIONAL

O Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) entrou em fase decisiva, uma vez que foi entregue na quinta-feira no parlamento e apresentado pelo ministro das Finanças. A primeira votação, na generalidade, está agendada para os dias 30 e 31 de outubro. Segue-se o debate na especialidade, onde os ministros vão apresentar a parte do orçamento correspondente às suas áreas, nas comissões parlamentares, sendo que este processo termina com a votação final global agendada para dia 28 de novembro. Depois de mais de três meses de debate público, de negociações, de avanços e recuos, podemos retirar algumas conclusões.

►...o CHEGA afirma desde agosto que a não aprovação de um orçamento socialista é “irrevogável” embora queira poupar o país de uma situação de instabilidade política e eleições antecipadas.

À data de fecho desta edição, a IL afirma que não votará a favor deste orçamento considerando mesmo votar contra, embora Rui Rocha admita esperar para conhecer o documento. À esquerda, a extrema-esquerda une-se contra o OE2025 com BE a clarificar que não aprovará este orçamento, o partido PAN, a afirmar que dificilmente votará favoravelmente, indo mais longe e acusando o primeiro-ministro de agir como se tivesse maioria, o Livre diz que “não tem medo de ir a eleições”, considerando que o OE2025 reforça as desigualdades do país e o PCP afirma que “não acompanha” a proposta de Orçamento. O documento fica nas mãos do CHEGA e do PS, sendo que o CHEGA afirma desde agosto que a não aprovação de um orçamento socialista é “irrevogável” embora queira poupar o país de uma situação de instabilidade política e eleições antecipadas. Já o PS que tem sido o parceiro preferencial do Governo também ainda não clarificou a sua intenção de voto.

MINORIAS NAS POLÍCIAS? CHEGA QUER MAIS CONDIÇÕES E MENOS PROPAGANDA



POR FOLHA NACIONAL

A Assembleia da República aprovou uma recomendação ao Governo visando a criação de campanhas de recrutamento direcionadas às forças de segurança. O objetivo é atrair um número maior de imigrantes, afro-descendentes, pessoas da comunidade LGBTQ+ e membros da comunidade cigana. A recomendação surge como desdobramento do Projeto de Resolução n.º 201/XVI/1.º, apresentado pelo partido Livre, que foi aprovada pela

Assembleia, com o CHEGA a ser o único partido a votar contra a proposta.

►“A prioridade deve ser garantir melhores condições para as forças de segurança, assegurando a sua dignidade e que elas tenham os meios adequados para enfrentar a onda de criminalidade que tem afetado Portugal”.

O PSD e o CDS não se opuseram a esta proposta da extrema-esquerda, o que levanta questões sobre a sua postura em relação às forças de segurança. André Ventura, Presidente do CHEGA, criticou veementemente a recomendação e os partidos que a apoiaram, afirmando que “há outras prioridades nas forças de segurança”. Segundo Ventura, “para os outros partidos, são estes os problemas da polícia e da violência em Portugal”, sugerindo que questões como a criminalidade e a segurança pública devem ser priorizadas em relação à diversidade na composição das forças de segurança. O Presidente do CHEGA afirma que o recrutamento de novos membros das forças de segurança não deve levar em conta critérios como a origem étnica ou a orientação sexual, mas sim a capacidade profissional dos indivíduos, salientando a importância de assegurar que as forças de segurança têm as condições adequadas para desempenhar as suas funções e que “a prioridade deve ser garantir melhores condições para as forças de segurança, assegurando a sua dignidade e que elas tenham os meios adequados para enfrentar a onda de criminalidade que tem afetado Portugal”.

CHEGA QUER OUVIR MINISTRA NO PARLAMENTO PARA DEBATER TURISMO DE SAÚDE

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O CHEGA quer ouvir a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, na Assembleia da República, com caráter de urgência, sobre o turismo de saúde e o impacto que poderá ter no Serviço Nacional de Saúde (SNS). O requerimento, divulgado na segunda-feira, surgiu na sequência de uma reportagem da RTP divulgada na quinta-feira anterior, no programa Linha da Frente, intitulada “Serviço Internacional de Saúde”. “Uma grande reportagem divulgada pela RTP expôs de forma alarmante o fenómeno crescente do turismo de saúde em Portugal e os seus efeitos devastadores sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

►O Grupo Parlamentar do CHEGA defende que “é incompreensível que o SNS, que não consegue dar resposta aos portugueses, continue a gastar recursos e dinheiro dos contribuintes em tratamentos de imigrantes que em nada contribuem para Portugal”.

Esta situação, descrita como uma “hemorragia” pelos administradores hospitalares, está a desestabilizar o SNS, agravando a já crítica

ca escassez de recursos e comprometendo a qualidade dos cuidados prestados aos portugueses”, lê-se na proposta de audição dirigida à presidente da Comissão de Saúde. O CHEGA pede a audição urgente da ministra da Saúde “face à urgência desta situação e à ameaça que representa para a sustentabilidade e equidade do SNS”. Os deputados do CHEGA referem que “cidadãos estrangeiros provenientes de África, América do Sul e, mais recentemente, de um número crescente de países asiáticos, estão a sobrecarregar o SNS, especialmente com casos de gravidezes extremamente complexas,

que exigem cuidados especializados e intensivos” e que “a facilidade de acesso e a gratuitidade dos serviços de saúde em Portugal são apontados na reportagem como os principais fatores que incentivam este fluxo de cidadãos estrangeiros”. “Contudo, e como sublinhado por alguns diretores de serviço de grandes hospitais nacionais, nestes casos não se trata de situações humanitárias. Pelo contrário, são procedimentos de saúde planeados para decorrerem em Portugal, dispendiosos, que estão a ser realizados sem qualquer compensação financeira, piorando naturalmente ainda mais

as dificuldades do SNS”, acrescentam. O Grupo Parlamentar do CHEGA defende que “é incompreensível que o SNS, que não consegue dar resposta aos portugueses, continue a gastar recursos e dinheiro dos contribuintes em tratamentos de imigrantes que em nada contribuem para Portugal”. O CHEGA lembra ainda que em julho entregou no parlamento um projeto de resolução através do qual recomenda ao Governo a “realização de um estudo urgente e abrangente que avalie o impacto do turismo de saúde e recomende medidas de mitigação dos seus efeitos negativos no SNS”.



© FOLHA NACIONAL

GUARDAS PRISIONAIS PEDEM SEPARAÇÃO ENTRE SEGURANÇA E REINserÇÃO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Mais de 200 guardas prisionais concentrados, na passada segunda-feira, em Vale de Judeus, pediram à ministra da Justiça que os ouça e que separe a segurança da reinserção social para que o sistema prisional português possa funcionar. “Esperemos que a senhora ministra da Justiça perceba de uma vez por todas que para o sistema prisional funcionar tem que haver a separação da reinserção social e da segurança”, afirmou o presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP), Frederico Morais. Além da solidariedade demonstrada para com os guardas do estabelecimento de onde há um mês se evadiram cinco reclusos, o encontro ficou marcado pelo apelo dos profissionais a que a titular da pasta tome medidas no sentido de “voltar ao antigamente, antes de 2012”, quando estes dois sistemas eram separados. Se assim não for, “daqui a um ano voltamos a estar a falar do mesmo, e podemos estar a falar de fugas como de mortes de reclusos ou mortes de guardas”, disse Frederico Morais, vincando ser isso que os guardas prisionais querem evitar.

BOMBEIROS DÃO PRAZO PARA GOVERNO RESPONDER ÀS REIVINDICAÇÕES

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O conselho geral da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais (ANBP) e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais (SNBP) reuniram, na segunda-feira, dia em que aprovaram um caderno reivindicativo e pediram ao Governo uma resposta até ao final do mês. Em declarações, Fernando Curto, presidente da ANBP, explica que o caderno incluiu a “reivindicação da revisão do estatuto profissional, a indexação da tabela salarial dos bombeiros sapadores à remuneração mínima nacional e a correção da atual tabela remuneratória dos bombeiros sapadores em mais 52 euros”. Por outro lado, as estruturas representativas dos bombeiros pedem a classificação da função como uma “profissão de desgaste rápido, atribuição de um suplemento remuneratório de risco, penosidade e insalubridade e a atualização do suplemento de disponibilidade permanente”. “Estas são as reivindicações que nós já tínhamos agendadas e que gostaríamos que o Governo, até ao dia 31, nos chamasse para negociar ou tome uma posição no sentido de dizer que está a tratar destas matérias”, afirmou.

DETIDO FÁBIO ‘CIGANO’, UM DOS CINCO EVADIDOS DE VALE DE JUDEUS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Um dos evadidos há um mês do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, Fábio ‘Cigano’, foi detido em Tânger, Marrocos, anunciou, na passada segunda-feira a Polícia Judiciária. As “autoridades marroquinas, com a colaboração das autoridades espanholas, em estreita articulação com a Polícia Judiciária (PJ)” detiveram o suspeito que estava em fuga desde 7 de setembro. “A operação policial internacional foi desencadeada em menos de 24 horas e contou com o forte apoio da Cuerpo Nacional de Policía (CNP) espanhol e da Direção Geral de Vigilância Territorial Nacional (DGST) marroquina, com base em informação da PJ, de que Fábio estaria em Marrocos. Sobre ‘Cigano’ recaía um mandado de detenção internacional e estava na lista dos mais procurados da Interpol, refere a PJ. Fábio Loureiro está condenado pelos crimes de rapto, tráfico de estupefacientes, associação criminosa, roubo à mão armada e evasão e será agora “presente às autoridades judiciais de Marrocos tendo em vista a sua extradição para Portugal para efeitos de cumprimento de pena”, conclui.

EX-DIRETOR DO SEF VAI COORDENAR GRUPO DE GESTÃO DO PACTO DE MIGRAÇÃO



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Governo português nomeou o ex-diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) Manuel Jarmela Palos para coordenar o grupo de trabalho que vai executar o Pacto de Migração e Asilo da União Europeia, indica o Diário da República. Em despacho publicado na segunda-feira e tornado público na terça-feira, o executivo constituiu um grupo de trabalho que ficará na dependência do Ministério da Presidência e terá “a missão de preparar, coordenar e assegurar a execução do Plano Nacional de Implementação do Pacto em matéria de Migração e Asilo” que será coordenado por Jarmela Palos, até agora oficial de ligação de imigração em Espanha. Jarmela Palos foi diretor do SEF entre 2005 e 2014, data em que pediu a demissão após ter sido colocado em prisão preventiva por suspeitas de corrupção, no âmbito da Operação Labirinto, que investigava a atribuição de “vistos gold” e que envolveu o então ministro da Administração Interna, Miguel Macedo. Além de Jarmela Palos, o grupo de trabalho contará, como sub-coordenadores, com Mário

Luís Magalhães Pedro (atual vogal da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, AIMA), António Manuel Martins Fialho (Polícia Judiciária), Pedro Manuel Rodrigues Ramos (diretor de serviços de Justiça e Assuntos Internos, da Direção-Geral dos Assuntos Europeus), Ricardo Alberto Carrilho (secretário-geral adjunto para as Relações Internacionais e Gestão de Fundos Comunitários da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna). Em setembro de 2020, a Comissão Europeia apresentou o Pacto de Migração e Asilo, aprovado em dezembro de 2023, e Portugal, “no âmbito de uma abordagem global, que permita gerir a migração de forma eficaz e equitativa”, tem “como um dos objetivos principais criar um quadro comum que permita conciliar, harmonizar e fomentar a responsabilidade e solidariedade entre os estados-membros”, pode ler-se no despacho. O plano de execução comum do pacto “define os objetivos e capacidades que todos os estados-membros têm de desenvolver, a nível jurídico e operacional, por forma a aplicar eficazmente e na sua plenitude as novas medidas

aprovadas, até 2026”. Segundo o despacho publicado, esta solução “altera o atual paradigma da gestão das migrações, impõe sobre os estados-membros a necessidade de criar quadros jurídicos específicos, bem como o estabelecimento de novos processos administrativos e operacionais na área das migrações”.

► **Jarmela Palos foi diretor do SEF entre 2005 e 2014, data em que pediu a demissão após ter sido colocado em prisão preventiva por suspeitas de corrupção, no âmbito da Operação Labirinto**

Este grupo vai “promover a articulação entre todas as entidades e serviços que sejam necessários” para a execução do pacto, elaborar um plano nacional de implementação, rever as “configurações organizacionais, incluindo as estruturas de coordenação nos serviços” e representar Portugal na gestão internacional do tema, entre outras matérias.

TRIBUNAL DE CONTAS ALERTA PARA RISCOS DAS MEDIDAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Tribunal de Contas (TdC) reiterou, na segunda-feira, os riscos associados às medidas especiais de contratação pública, em que predominam procedimentos não concorrenciais, aconselhando o Governo e o Parlamento a reponderarem a "justificação e utilidade" deste regime. No "Relatório de Acompanhamento da Contratação Pública abrangida pelas Medidas Especiais previstas na Lei n.º 30/2021", o TdC dá conta da "expressão pouco significativa" do regime das medidas especiais de contratação pública (MECP) – criado para simplificar e agilizar proce-

dimentos pré-contratuais – e do "prejuízo do recurso a procedimentos concorrenciais abertos" em que se traduz. Segundo refere, este prejuízo "está ligado, não a situações de urgência imperiosa, mas antes a prioridades políticas e económicas delimitadas de forma genérica e, na grande parte dos casos, de aplicação ilimitada no tempo, sendo contrário aos princípios constitucionais e administrativos, à jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), às boas práticas e às recomendações nacionais e internacionais em matéria de contratação pública". Neste contexto, o TdC rei-

tera os riscos identificados nos seus dois relatórios anteriores sobre a matéria e defende uma reponderação acerca da "justificação e utilidade" do regime das MECP. De acordo com o Tribunal, esta reavaliação "deve incluir o regime especial de conceção-construção (pouco utilizado) e medidas especiais sem qualquer aplicação", assim como a eliminação das dispensas de fundamentação previstas no MECP e a clarificação do regime de proibição de adjudicações sucessivas não concorrenciais aos mesmos adjudicatários e entidades adjudicantes.



© SITE TRIBUNAL DE CONTAS

BANCO DE PORTUGAL REVÊ EM BAIXA CRESCIMENTO DO PIB PARA 1,6% EM 2024



© FOLHA NACIONAL

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A economia portuguesa vai crescer 1,6% este ano e 2,1% no próximo, de acordo com as previsões do Banco de Portugal divulgadas, na terça-feira, no Boletim Económico de outubro, que representam uma revisão em baixa face a junho. "O crescimento da atividade em 2024 é sustentado pelo consumo privado e pelas exportações", indica o banco central, enquanto a "aceleração em 2025-26 reflete o contributo do consumo e melhores perspetivas para o

investimento", lê-se no documento. Para 2026, o Banco de Portugal prevê um crescimento de 2,2%, o mesmo que no Boletim de junho, indicando que "a maior sustentação do crescimento na componente do consumo privado é menos virtuosa para a sustentabilidade da economia portuguesa". Já no que diz respeito à inflação, esta "reduz-se para 2,6%, em 2024, e fixa-se em valores consistentes com a estabilidade de preços nos anos seguintes", indica o banco central no Boletim Eco-

nómico. O mercado de trabalho, por sua vez, "continua a evoluir favoravelmente, com aumento do emprego – de 1,1% em 2024, 0,6% em 2025 e 0,9% em 2026 – e dos salários reais – de 4,6% em 2024, 2,2% em 2025 e 2,0% em 2026".

► "O crescimento da atividade em 2024 é sustentado pelo consumo privado e pelas exportações", indica o banco central, enquanto a "aceleração em 2025-26 reflete o contributo do consumo e melhores perspetivas para o investimento".

Os riscos inerentes a estas projeções são "equilibrados", sendo que a "resistência da economia aos choques recentes é reflexo do progresso verificado na redução de desequilíbrios macroeconómicos e outras fragilidades estruturais". Ainda assim, "no futuro próximo, haverá desafios importantes – associados às transformações tecnológicas, às alterações geopolíticas e à gestão da transição climática", alerta o Banco de Portugal.

DESPESA PÚBLICA AUMENTA COMO NÃO ACONTECIA HÁ MUITAS DÉCADAS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O governador do Banco de Portugal (BdP) alertou para o crescimento da despesa pública corrente, que está a subir "como não aumentava em muitas décadas". "O exercício orçamental em 2024 revela crescimentos da despesa que não eram observados desde 1992", destacou Mário Centeno, na apresentação do Boletim Económico de outubro, em Lisboa, apontando que "este desenvolvimento tem uma explicação associada a efeitos desfasados da inflação". "Já passámos por anos suficientes de execuções orçamentais para perceber o que significa" este crescimento da despesa pública corrente, afirmou o governador do Banco de Portugal. Isto ocorre num contexto em que, nos próximos anos, "vamos ter de começar a pagar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), os empréstimos, mas também a Europa como um todo", salientou, alertando: "Temos de começar a fazer contas com o PRR". "A dívida do PRR vai permanecer até aos próximos 30 ou mais anos", reiterou Mário Centeno. Este boletim não tem previsões para o saldo orçamental, mas Mário Centeno destacou que a "avaliação da situação orçamental desde junho até agora não mudou significativamente".

► "Já passámos por anos suficientes de execuções orçamentais para perceber o que significa" este crescimento da despesa pública corrente, afirmou o governador do Banco de Portugal.

"Os riscos que apontámos nessa altura devem ser trasladados para hoje", afirmou o governador. "O Conselho das Finanças Públicas (CFP) veio confirmar parte desses riscos, temos contas diferentes, mas no geral os riscos são os mesmos", acrescentou Centeno. No boletim de junho, o BdP projetava um excedente de 1% do PIB em 2024 e de 0,8% em 2025.

SUPREMO DOS EUA MANTÉM PROIBIÇÃO DE ABORTOS DE EMERGÊNCIA NO TEXAS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Supremo Tribunal norte-americano decidiu, na segunda-feira, manter a decisão que proíbe a realização de abortos de emergência que violem a lei no Texas, um dos Estados com a proibição mais rigorosa de abortos no país. Os juízes decidiram manter em vigor uma resolução de um tribunal de primeira instância, segundo a qual os hospitais não podem ser obrigados a efetuar interrupções de gravidez que violem a lei do Texas. A administração Biden já tinha exigido aos juízes do Supremo a anulação da decisão do tribunal de primeira instância, sustentando que os hospitais têm a obrigação de praticar abortos em situações de emergência, ao abrigo da lei federal. A administração apontou a decisão do Supremo Tribunal num caso semelhante no Estado do Idaho, no início deste ano, no qual os juízes permitiram, por estreita margem, a reposição dos abortos de emergência, enquanto uma disputa judicial decorria. A presidência citou ainda uma decisão do Supremo do Texas, que estabeleceu não



ser necessário aos médicos esperarem até que a vida da paciente esteja em perigo imediato para efetuarem um aborto de forma legal, decisão que colocou o Texas em conformidade com a legislação federal e que tornou a decisão do tribunal de primeira instância prescindível. O Estado do Texas solicitou aos juízes que mantivessem a ordem em vigor, referindo que a decisão do Supremo Tribunal do Estado significaria que a lei do Texas, contrária à do Estado de Idaho, previa uma exceção relativamente à saúde das pacientes grávidas, alegando assim não haver conflito entre a lei federal e a lei estadual.

MARINE LE PEN CONSIDERA QUE HAVERÁ NOVAS ELEIÇÕES ANTECIPADAS EM FRANÇA

FONTE: LUSA

A líder da direita radical francesa, Marine Le Pen, afirmou, no domingo, que a "fraca legitimidade democrática" do Governo liderado por Michel Barnier, conduzirá à sua queda e a legislativas antecipadas, permitidas a partir de julho de 2025. "Pensamos que haverá eleições dentro de menos de um ano", declarou Le Pen num comício do seu partido, a União Nacional, realizado em Nice. Le Pen disse que França precisa de "um Governo com uma legitimidade forte", enquanto Barnier tem "uma legitimidade extremamente fraca". A União Nacional, pode determinar a continuidade do Governo de Barnier, que conta com o apoio de formações que somam 210 representantes na Assembleia Nacional, num total de 577 lugares. A esquerda, anunciou que tentará derrubar o Executivo assim que puder e já apresentou uma moção de censura que será votada em 8 de outubro. Se a direita radical votar a iniciativa, isso leva à cessação do Governo. A França realizou legislativas antecipadas nos dias 30 de junho e 7 de julho e tem de passar pelo menos um ano para poder ter novas eleições.

FILHO MAIS VELHO DE BIN LADEN EXPULSO POR APOLOGIA AO TERRORISMO



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A França expulsou o filho mais velho de Osama Bin Laden, que viveu durante anos na Normandia com a sua mulher, de nacionalidade britânica, por fazer apologia ao terrorismo. O ministro do Interior francês, Bruno Retailleau, anunciou na terça-feira, que a entrada de Omar Bin Laden em França está proibida e explicou que o representante do Governo no departamento de Orne, onde vivia Omar Bin Laden, decretou a sua expulsão, decisão que foi confirmada pelo tribunal por motivos de "segurança nacional". A expulsão deveu-se a uma mensagem que Omar teria publicado no dia que se assinalava a morte do seu pai, morto em 2011 pelos militares dos Estados Unidos numa operação no Paquistão, que pode ser considerada "apologia ao terrorismo".

DETIDOS EM PROTESTOS PÓS-ELEIÇÕES NA VENEZUELA ESTÃO DESNUTRIDOS, DIZ ONG

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Uma organização não governamental (ONG) denunciou que os detidos após os protestos contra o resultado das eleições presidenciais de julho na Venezuela não estão a receber alimentação suficiente ou estão mesmo desnutridos. "Quando as famílias vêm ver os seus entes queridos, não os reconhecem pela situação em que se encontram, veem-nos desnutridos e pálidos", assegurou o Observatório Venezuelano de Prisões (OVP), num comunicado. A 1 de agosto, Nicolás Maduro, ordenou que fossem colocadas em duas prisões de segurança máxima as pessoas detidas em protestos contra o resultado oficial das eleições presidenciais, em que foi declarado vencedor pelas autoridades, num processo rejeitado pela oposição majoritária e por grande parte da comunidade internacional. "A alimentação recebida pelos jovens detidos, que foram levados para a cadeia de Tocoron, no estado de Aragua, é também insuficiente, segundo os seus familiares. Além disso, bebem água imprópria", disse o OVP, acrescentando que a situação é a mesma na prisão de Tucuyito, no estado de Carabobo.



OPINIÃO
por DIVA RIBEIRO DEPUTADA

IMPACTO DA IMIGRAÇÃO NO DISTRITO DE BEJA

A imigração descontrolada em Portugal é uma responsabilidade compartilhada entre o anterior governo do Partido Socialista (PS) e o atual governo da Aliança Democrática (AD), que nada fez para reverter esta situação alarmante. O país tornou-se um território de portas abertas, onde qualquer indivíduo, incluindo criminosos, pode entrar sem grandes obstáculos. Esta falta de controlo nas fronteiras reflete uma gestão política ineficaz que compromete a segurança nacional. O aumento da criminalidade tem sido uma constante em todo o território, e o distrito de Beja não é exceção. Segundo o Relatório Anual de

Segurança Interna (RASI) de 2022, registou-se um aumento de 8% nos índices de criminalidade, passando de 12% para 20%. No caso do distrito de Beja, a criminalidade violenta subiu impressionantes 42% em 2022. A insegurança nas ruas, com relatos frequentes de perseguições e assédio a mulheres e crianças, transformou a imagem de um distrito anteriormente pacato e seguro. A decisão do governo do PS de extinguir o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), sem criar uma alternativa eficaz, contribuiu de forma significativa para esta crise. O SEF desempenhava um papel crucial na supervisão da imigração, e a sua

extinção deixou um vazio que tem sido explorado por aqueles que desejam entrar no país sem respeito pelas leis. Por outro lado, o governo da AD não fez nada para alterar as políticas do PS, perpetuando este estado de caos e insegurança. É urgente exigir ao governo um controlo efetivo da imigração. Somente através de políticas rigorosas será possível restaurar a segurança nas cidades, vilas e aldeias do nosso país. A população merece viver num ambiente seguro e protegido, onde a criminalidade seja efetivamente combatida e a tranquilidade seja restabelecida. A hora de agir é agora, antes que a situação se agrave ainda mais.

PORTUGAL REAL

CHEGA DA PÓVOA DE SANTA IRIA EXIGE LIMITE DE ATESTADOS DE RESIDÊNCIA



Foi rejeitada na última reunião da Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, uma proposta apresentada pelo CHEGA, que pedia à Junta de Freguesia um registo atualizado do número de atestados de residência emitidos por imóvel, com limites específicos conforme a tipologia do mesmo. Dois atestados por imóvel de tipologia T0, três atestados por imóvel de tipologia T1, cinco atestados por imóvel de tipologia T2, sete atestados por imóvel de tipologia T3, nove atestados por imóvel de tipologia T4. Além disso, a proposta previa a criação e implementação de uma linha direta para denúncias de situações de sobrelotação habitacional, permitindo aos cidadãos reportar situações de abuso, de forma anónima e segura, bem como a formação de uma equipa de fiscalização permanente para verificar a conformidade legal das habitações denunciadas. A proposta foi reprovada, com os votos contra de todas as bancadas.

EXTREMA-ESQUERDA ENTOA 'BELLA CIAO' APÓS INTERVENÇÃO DE ORBÁN NO PE

Os eurodeputados à esquerda do hemiciclo começaram a cantar, na quarta-feira, a música da resistência italiana 'Bella Ciao' depois da intervenção de Viktor Orbán no Parlamento Europeu (PE), impedindo o início da intervenção da presidente da Comissão. O grupo Patriotas pela Europa, que incluiu o eurodeputado português, do CHEGA, Tiago Moreira de Sá, continuou a aplaudir, enquanto os eleitos à esquerda continuavam a cantar, impedindo Ursula von der Leyen de intervir no plenário.

TRABALHADORES DO FISCO NÃO TÊM COMO FISCALIZAR GORJETAS

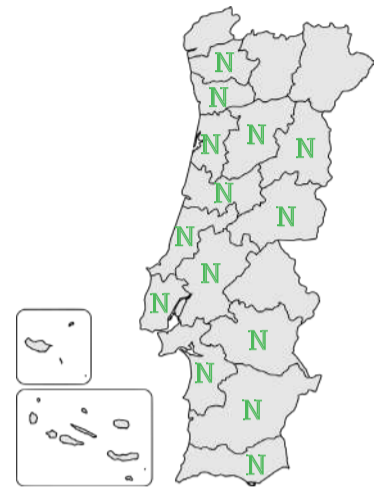
O presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), Gonçalo Rodrigues, considera que não existem condições para fiscalizar a obrigação dos contribuintes declararem as gorjetas, tendo em conta a falta de meios organizacionais e humanos da Autoridade Tributária. A leitura do STI surge na sequência de uma notícia recentemente publicada pelo Público sobre a obrigação legal de quem recebe gorjetas ter de as declarar, para que estes valores possam ser tributados.

RECUSADO PEDIDO DE SALGADO PARA FALTAR AO JULGAMENTO

O tribunal recusou, na quarta-feira, o pedido da defesa de Ricardo Salgado para o ex-banqueiro ser dispensado de comparecer no julgamento do processo BES/GES, cujo início está marcado para 15 de outubro no Campus da Justiça, em Lisboa. "O Tribunal considera curial tomar contacto com todos os arguidos e, bem assim, com o arguido Ricardo Salgado, designadamente para efeitos de proceder à sua identificação e para conhecer a sua vontade", refere o despacho assinado pela juíza Helena Susano, na sequência do requerimento da defesa do antigo presidente do Banco Espírito Santo (BES), que alertou para a evolução da doença de Alzheimer.



O Folha Nacional em Portugal



Cultural

PRIMEIRO FESTIVAL AMÁLIA RODRIGUES REÚNE 40 MÚSICOS

A Associação Fado Cale e a Câmara do Fundão promovem, no ano em que se assinalam os 25 anos da morte de Amália Rodrigues, de 18 a 20 de outubro, a primeira edição do Festival Amália Rodrigues, com 40 músicos, para descentralizar o fado e homenagear uma filha da terra, onde a fadista tem as raízes.

CASA ONDE VIVEU MÍSIA EM LISBOA ACOLHE RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS

A residência da fadista Mísia (1955-2024), onde ainda "se sente o perfume de Mísia", vai acolher artistas de diversas áreas, e alguns objetos pessoais vão a leilão em novembro, divulgou a Fundação Kees Eijrond, na quarta-feira.

'O FANTASMA DA ÓPERA' CHEGA A PORTUGAL ESTE MÊS

'O Fantasma da Ópera' é uma das produções mais vistas de sempre e estará disponível de 15 a 27 de outubro no Campo Pequeno. O musical que conta esta história de amor assombroso, já ganhou mais de 70 grandes prémios de teatro e já foi visto por mais de 160 milhões de pessoas em 46 territórios, 193 cidades e 18 idiomas.

Insólito da Semana

VAI DAR MÚSICA A OUTRO

Gastar 4000 dólares numa guitarra autografada por Taylor Swift, para depois a destruir será bizarro? Tudo aconteceu esta semana no Texas, quando num leilão de caridade, um homem adquiriu uma guitarra autografada por Taylor Swift por 4000 dólares, para a destruir imediatamente. Esta, foi a forma simbólica deste americano se expressar contra o apoio público da cantora à candidatura de Kamala Harris. É caso para dizer vai dar música a outro!

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!

euvi!

O canal seguro e confidencial para o cidadão.
Envia-nos a tua denúncia através do e-mail
euvi@folhanacional.pt



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 26 000 UNIDADES

